

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]

ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL

**CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS
INTEGRANTES DO PROGRAMA UNIVERSALIZASP – BLOCO [●]**

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO E OBJETIVO	3
2. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL E RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA	3
3. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA TARIFA DO USUÁRIO INICIAL	5
4. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): AS RECEITAS IRRECUPERÁVEIS	5
5. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): CUSTOS OPERACIONAIS (OPEX)	6
6. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): AS OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS .	7
7. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): AS DESPESAS TRIBUTÁRIAS	8
8. CÁLCULO DA TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA	9
9. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): A REMUNERAÇÃO DA OUTORGA MÍNIMA	12
10. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL	12
11. DISPOSIÇÕES GERAIS	13

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

1. PREÂMBULO E OBJETIVO

1.1. O presente ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL define os parâmetros, as premissas e a metodologia adotada no cálculo da TARIFA DO USUÁRIO INICIAL, da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL e do AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL do CONTRATO, calculados com dados do PERÍODO DE REFERÊNCIA INICIAL (PR0).

1.2. O ANEXO estará estruturado nos seguintes módulos:

- i. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL E RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA;
- ii. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA TARIFA DO USUÁRIO INICIAL;
- iii. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): AS RECEITAS IRRECUPERÁVEIS;
- iv. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): CUSTOS OPERACIONAIS (OPEX);
- v. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): AS OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS;
- vi. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): AS DESPESAS TRIBUTÁRIAS
- vii. CÁLCULO DA TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA;
- viii. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): A REMUNERAÇÃO DA OUTORGA MÍNIMA;
- ix. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL;
- x. DISPOSIÇÕES GERAIS.

1.3. Este ANEXO terá natureza vinculativa para as PARTES e para a AGÊNCIA REGULADORA.

1.4. Os termos grafados em letras maiúsculas terão as definições contidas no ANEXO X – GLOSSÁRIO do CONTRATO.

2. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL E RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA

2.1. A TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL (TE_0), no valor de R\$ [•]/m³, resulta da divisão entre a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL ($RTEquilíbrio_0$), no valor de [•], calculada com base nas informações no PERÍODO DE REFERÊNCIA INICIAL (PR0) e o volume do MERCADO DE REFERÊNCIA (em m³) também verificado no PR0, conforme fórmula abaixo:

$$TE_0 = \frac{RTEquilíbrio_0}{Mercado_{PR0}}$$

Em que:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

TE_0 é a TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL no PR0;

$RTEquilíbrio_0$ é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL no PR0;

$Mercado_{PR0}$ é a soma do VOLUME FATURADO de água com o VOLUME FATURADO de esgoto no PR0.

2.2. A RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL ($RTEquilíbrio_0$) é correspondente a RECEITA REQUERIDA no PR0 (RR_{PR0}).

2.3. O cálculo da RECEITA REQUERIDA no PR0 (RR_{PR0}) é realizado por composição de blocos de custos, em que cada um dos componentes do cálculo é avaliado separadamente.

$$RTEquilíbrio_0 = RR_{PR0}$$

$$RR_{PR0} = OPEX_{PR0} + Outras Despesas + Remuneração da Outorga Mínima_{PR0} + RI + T_{PR0}$$

Em que:

$RTEquilíbrio_0$ é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL no PR0;

RR_{PR0} é a RECEITA REQUERIDA no PR0;

$OPEX_{PR0}$ é o custo operacional regulatório avaliado no PR0, conforme descrito no Capítulo 5;

Outras Despesas incluem outras despesas operacionais, conforme descrito no Capítulo 6;

Remuneração da Outorga Mínima $_{PR0}$ é a remuneração da OUTORGA MÍNIMA no PR0, conforme descrito no Capítulo 9;

RI é a RECEITA IRRECUPERÁVEL regulatória, conforme descrito no Capítulo 4; e

T_{PR0} é o Imposto sobre a Renda e o Lucro da CONCESSIONÁRIA no PR0, conforme descrito no Capítulo 7.

2.4. Para o 1º e o 2º REAJUSTE do 1º CICLO TARIFÁRIO será garantida uma RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA.

2.4.1. Para o 1º REAJUSTE, a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA corresponderá à RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL. Para o 2º REAJUSTE, a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA corresponderá ao valor de [•].

2.5. A TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL, bem como todos os componentes monetários da RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL estão a preços de [•] de [•]. A partir do último IPCA disponível, de [•] de [•], considerou-se a projeção de variação para os meses de [•] e [•] do boletim FOCUS do Banco Central do Brasil, divulgado em [•] de [•] de [•], para obtenção da projeção do índice de [•] de [•].

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

3. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA TARIFA DO USUÁRIO INICIAL

3.1. O cálculo da TARIFA DO USUÁRIO INICIAL resulta da divisão entre a RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO INICIAL e o volume do MERCADO DE REFERÊNCIA (em m³) no PR0, conforme fórmula abaixo:

$$TU_0 = \frac{RTUsuário_0}{Mercado_{PR0}}$$

Em que:

TU_0 é a TARIFA DO USUÁRIO INICIAL no PR0;

$RTUsuário_0$ é a RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO INICIAL no PR0; e

$Mercado_{PR0}$ é a soma do VOLUME FATURADO de água com o VOLUME FATURADO de esgoto no PR0.

3.2. A RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO INICIAL é aquela que se iguala à RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL descontada do AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL, conforme fórmula abaixo.

$$RTUsuário_0 = RTEquilíbrio_0 - Auxílio_{PR0}$$

Em que:

$RTEquilíbrio_0$ é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL que observa a RECEITA REQUERIDA no PR0, conforme descrito no Capítulo 2;

$Auxílio_{PR0}$ é o AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL definido como a compensação da diferença do faturamento no mercado efetivo pela TARIFA DO USUÁRIO INICIAL e o que teria sido faturado considerando a TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL no PR0, conforme descrito no Capítulo 10;

3.3. A TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA encontra-se apresentada na Tabela 6 – Resumo do Cálculo da TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA do APÊNDICE deste ANEXO.

4. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): AS RECEITAS IRRECUPERÁVEIS

4.1. Para definição do montante de RECEITAS IRRECUPERÁVEIS, devido à operação inédita da CONCESSIONÁRIA, aplica-se o percentual de [•] %.

4.2. O montante de RECEITAS IRRECUPERÁVEIS considerado no cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL resulta da aplicação do percentual de inadimplência definido no item 4.1 sobre a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL conforme descrito na equação a seguir:

$$RI = \%RI \times RTEquilíbrio_0$$

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

Em que:

RI: é o montante de RECEITAS IRRECUPERÁVEIS considerado no cálculo da RECEITA REQUERIDA no PR0 (RR_{PR0});

%RI é o percentual de inadimplência estrutural para o 1º CICLO TARIFÁRIO, igual a 1,65% e adicionado um prêmio de risco de [•]% pelo desconhecimento dos níveis de inadimplência da CONCESSÃO.

4.2.1. O cálculo dessas receitas é realizado de forma iterativa, pois seu montante, simultaneamente, compõe a RECEITA REQUERIDA no PR0 e a utiliza em sua mensuração.

4.2.2. O montante de RECEITAS IRRECUPERÁVEIS considerado no cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL é de R\$ [•] milhões, a preços de [•] de [•].

4.3. No 1º CICLO TARIFÁRIO, haverá manutenção do percentual de inadimplência definido na TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL, sendo aplicado o referido percentual sobre a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL, atualizada em cada REAJUSTE TARIFÁRIO.

5. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): CUSTOS OPERACIONAIS (OPEX)

5.1. O OPEX resulta da multiplicação dos determinantes de custos eficientes no PR0 pelo custo unitário regulatório por finalidade de custo e etapa produtiva, definido no item 5.4.

5.1.1. As finalidades de custo são (1) pessoal, incluindo próprio e serviços de terceiros; (2) materiais de tratamento; (3) energia elétrica; e (4) despesas gerais;

5.1.2. As etapas produtivas são (1) água e (2) esgoto.

5.2. O OPEX total considerado no cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL contempla as áreas urbanas e rurais dos MUNICÍPIOS, no montante de [•], a preços de [•] de [•].

5.3. Definição dos Determinantes de Custos

5.3.1. Os determinantes de custos considerados no cálculo do OPEX da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL correspondem ao volume produzido de água e/ou ao volume coletado de esgoto, a depender da etapa produtiva conforme definido no Anexo V – MODELO REGULATÓRIO. Os valores utilizados no cálculo do OPEX da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL são informados na Tabela 3 do APÊNDICE deste ANEXO.

5.4. Definição dos Custos Unitários Regulatórios

5.4.1. O custo operacional unitário regulatório é calculado para cada combinação de etapa e finalidade, que representa o custo que, multiplicado pelo respectivo determinante, resulta no OPEX considerado na RECEITA REQUERIDA no PR0 da

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL.

- 5.4.2. O custo unitário regulatório no PRO corresponde a um custo unitário eficiente.
- 5.4.3. Até o 1º CICLO TARIFÁRIO, os custos operacionais unitários para atendimento dos USUÁRIOS em área rural, independente da forma de prestação do serviço, serão iguais aos dos clientes das áreas urbanas.
- 5.4.4. Os custos operacionais de referência são apurados com base em modelo de Empresa de Referência, construído a partir de abordagem bottom-up, na qual o OPEX é estimado em cada processo e atividade. A partir desses valores, são calculados os custos unitários regulatórios de partida da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL, correspondentes à razão entre o OPEX eficiente de cada etapa produtiva e finalidade de custo e o respectivo determinante de custo operacional.
- 5.4.5. O custo unitário regulatório utilizado no cálculo do OPEX reconhecido na TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL é dado pelos valores da Tabela 1.

Tabela 1 – Custos Operacionais Unitários Regulatórios do 1º CICLO TARIFÁRIO

Etapas/Finalidade	Água	Esgoto
Pessoal e Serviços de Terceiros	[•]	[•]
Materiais Gerais	[•]	[•]
Materiais de Tratamento	[•]	[•]
Energia Elétrica	[•]	[•]
Despesas Gerais	[•]	[•]

- 5.4.6. Os custos unitários regulatórios a serem utilizados pela AGÊNCIA REGULADORA como referência no cálculo do OPEX anual a partir do 1º REAJUSTE CICLO TARIFÁRIO devem ser iguais aos custos definidos no item 5.4.5 deste ANEXO, sujeitos à atualização monetária pelo IPCA.
- 5.4.7. No âmbito dos reajustes do 1º CICLO TARIFÁRIO, a atualização do OPEX decorrerá da atualização dos respectivos determinantes de custo, conforme a evolução das variáveis de mercado associadas a cada etapa e finalidade.

6. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): AS OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

- 6.1. Além dos custos operacionais descritos no Capítulo 5, existem outras despesas indiretas que são repassadas à TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL, por constituírem despesas não gerenciáveis

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

pela CONCESSIONÁRIA. No cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL, compõem a RECEITA REQUERIDA no PR0 as seguintes despesas:

- i. repasse das despesas com a compra de água no atacado e tratamento de esgoto proveniente de outro operador de saneamento; e
- ii. repasse aos FUNDOS MUNICIPAIS de saneamento básico.

6.2. Dos repasses das despesas com a compra de água no atacado e tratamento de esgoto

- 6.2.1. As despesas incorridas pela CONCESSIONÁRIA com o pagamento a prestador de serviços de saneamento básico responsável pelo fornecimento de água no atacado e/ou pelo tratamento de esgoto, em decorrência de arranjos operacionais existentes serão repassadas à TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL.
- 6.2.2. O cálculo do montante de repasse das despesas com a compra de água no atacado e tratamento de esgoto é calculado pela multiplicação da tarifa definida do prestador pelo volume verificado no PR0.
- 6.2.3. O repasse das despesas com a compra de água no atacado e tratamento de esgoto no PR0 resulta em um montante no valor de R\$ [•] milhões, a preços de [•] de [•].

6.3. Dos repasses aos FUNDOS MUNICIPAIS:

- 6.3.1. O cálculo do montante de repasse aos FUNDOS MUNICIPAIS é calculado pela aplicação do percentual de [•]% sobre a RECEITA TARIFÁRIA líquida de PIS/COFINS para cada MUNICÍPIO.
- 6.3.2. O cálculo do repasse aos FUNDOS MUNICIPAIS é realizado de forma iterativa, pois seu montante, simultaneamente, compõe a RECEITA REQUERIDA no PR0 utilizada no cálculo da RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL e utiliza essa RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL em sua mensuração.
- 6.3.3. O repasse aos FUNDOS MUNICIPAIS no PR0 resulta em um montante no valor de R\$ [•] milhões, a preços de [•] de [•].
- 6.3.4. Para fins de determinação da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL, o valor do repasse aos FUNDOS MUNICIPAIS inclui, inclusive, fundos que ainda não estejam habilitados pela AGÊNCIA REGULADORA na DATA DE EFICÁCIA e desconsidera a parcela de antecipação de fundos.

7. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): AS DESPESAS TRIBUTÁRIAS

7.1. O Imposto sobre a Renda e o Lucro Regulatório (T) na TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL é calculado como o Lucro Regulatório, isto é, RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO INICIAL, deduzida das despesas operacionais, outras despesas operacionais e RECEITAS IRRECUPERÁVEIS, conforme

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

a fórmula seguinte:

$$T_{PR0} = (RTEquilíbrio_0 - OPEX_{PR0} - Outras Despesas - RI) \times (1 - Aliq.Trib_{PR0})$$

Em que:

RTEquilíbrio₀ é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO no PR0;

OPEX_{PR0} é o custo operacional regulatório no PR0, conforme detalhamento feito no Capítulo 5;

Outras Despesas incluem outras despesas operacionais, conforme detalhamento feito no Capítulo 6;

RI é a RECEITA IRRECUPERÁVEL regulatória, cuja metodologia de cálculo é descrita no Capítulo 4; e

Aliq.Trib_{PR0} é a alíquota tributária no PR0.

8. CÁLCULO DA TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

8.1. A TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA adotada para cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL é mensurada pela metodologia do WACC após imposto.

8.2. O custo de capital próprio é calculado pelo modelo CAPM (em inglês: *Capital Asset Pricing Model – CAPM*) *Country spread model*, conforme equações descritas no Capítulo 7 do ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO.

8.2.1. A taxa de retorno livre de risco (R_f) é referenciada no mercado internacional, considerando:

- i. Os retornos do título United States Treasury Bonds (USTB10) com vencimento de 10 anos;
- ii. Dados mensais;
- iii. Uma janela temporal de 30 anos. Inclui dados de janeiro de 1995 a janeiro de 2025;
- iv. A média dos valores mensais como medida de tendência central.

8.2.2. O PRÊMIO PELO RISCO PAÍS (rbr) considera:

- i. O índice Credit Default Swap- CDS 30;
- ii. Dados mensais;
- iii. Uma janela temporal de 15 anos. Inclui dados de janeiro de 2010 a janeiro de 2025; e

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- iv. A mediana dos valores mensais como medida de tendência central.
- 8.2.3. A taxa de retorno do mercado utilizada no cálculo do prêmio de risco de mercado (R'_m) é referenciada no mercado financeiro internacional, considerando:
- i. O rendimento mensal médio do Índice Standard & Poor's 500 (S&P500), que reúne as 500 principais empresas listadas nas bolsas dos Estados Unidos da América;
 - ii. Dados mensais;
 - iii. Uma janela temporal de 30 anos. Inclui dados de janeiro de 1995 a janeiro de 2025;
 - iv. A média dos valores mensais como medida de tendência central.
- 8.2.4. Devido à limitação de empresas brasileiras listadas na bolsa de valores, excluídas da amostra aquelas empresas negociadas no mercado de balcão, o parâmetro beta (β) é referenciado no mercado internacional, considerando:
- i. Uma amostra de 10 empresas do setor de distribuição de água dos Estados Unidos da América listadas na NYSE e na NASDAQ. A lista de empresas consideradas para cálculo do beta é apresentada na Tabela 4 do APÊNDICE a deste ANEXO;
 - ii. A medida do beta, obtido na plataforma bloomberg professional, para cada uma das empresas da amostra;
 - iii. A média do beta semanal em uma janela temporal de 5 anos. Inclui dados de janeiro de 2020 a dezembro de 2025.
- 8.2.5. A taxa de inflação dos Estados Unidos da América (CPI) considera:
- i. Os índices de preços Consumer Price Index for all urban consumers: all items in u.s. City average (CPI)
 - ii. Dados mensais;
 - iii. Uma janela temporal de 30 anos. Inclui dados de janeiro de 1995 a janeiro de 2025;
 - iv. A média dos valores mensais como medida de tendência central.
- 8.3. Para o cálculo do custo de capital de terceiros, adota-se a abordagem do *benchmarking* financeiro, referenciado no mercado brasileiro, dado pela fórmula a seguir:

$$r_d = r_{deb} + ce_{deb}$$

Em que:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

r_d é o custo de capital de terceiros;

r_{deb} é a rentabilidade das debêntures dos setores de saneamento básico, energia elétrica ou outros setores de infraestrutura brasileiro; e

ce_{deb} é o custo de emissão das debêntures.

8.3.1. É considerado o retorno médio das debêntures, r_{deb} , atreladas ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) emitidas pelas empresas dos setores de saneamento básico, energia elétrica ou outros setores de infraestrutura brasileiro. Esse retorno equivale ao risco de crédito, considerando a média de 10 anos (janeiro de 2015 a janeiro de 2025).

8.3.2. O custo de emissão das debêntures equivale ao custo de emissão adotado pela ANEEL para cálculo do WACC no [•]º ciclo de revisões tarifárias periódicas das distribuidoras de energia elétrica, de [•]%. Na perspectiva do emissor das debêntures, os custos de emissão representam os custos com comissões pagas aos bancos e corretoras, dispêndios relacionados a assessoria jurídica, auditores independentes, agências de classificação de riscos, agente fiduciário, entre outros custos incorridos no processo de emissão.

8.4. A estrutura de capital utilizada no cálculo do WACC da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL considera a relação entre capital de terceiros e capital próprio. Para fins do cálculo do WACC da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL, adota-se uma estrutura de capital regulatória definida com base em benchmarking do setor de saneamento, conforme

8.5. Tabela 2 abaixo.

8.6. O WACC final a ser aplicado será após impostos.

8.7. O WACC real após impostos adotado no cálculo da remuneração do capital da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL está demonstrado na

8.8. Tabela 2. Esse valor é utilizado na determinação da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL e deverá ser mantido constante nos REAJUSTES anuais do 1º CICLO TARIFÁRIO.

Tabela 2 – Resultado do WACC

Parâmetros	Valores
Custo de Capital Próprio Real	[•]%
Custo de Capital Próprio Nominal	[•]%
Taxa Livre de Risco	[•]%
Retorno de Mercado	[•]%

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

Parâmetros	Valores
Beta Realavancado	[•]
Taxa Livre de Risco para Risco de Mercado	[•]%
Risco-País	[•]%
Inflação - CPI	[•]%
Custo de Capital de Terceiros - após impostos	[•]%
Estrutura de Capital	
Capital Próprio	[•]%
Capital de Terceiros	[•]%
WACC real após impostos	[•]%

9. DO CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA (RR): A REMUNERAÇÃO DA OUTORGA MÍNIMA

9.1. A remuneração da OUTORGA MÍNIMA na TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL resulta da aplicação do WACC sobre a OUTORGA MÍNIMA.

9.2. No cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL, remunera-se o valor integral da OUTORGA MÍNIMA, uma vez que não há depreciação desse valor em [•].

9.3. O valor total da OUTORGA MÍNIMA, de R\$ [•] milhões, a preços de [•] de [•], é remunerado pelo WACC de [•]%, resultando em um montante de R\$ [•] milhões arcado pela TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL.

10. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL

10.1. O AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL para o período até o 1º REAJUSTE do 1º CICLO TARIFÁRIO deve ser calculado pela diferença entre a TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL e a TARIFA DO USUÁRIO INICIAL, conforme:

$$Auxílio = \frac{(TE_0 - TU_0)}{1 - \%PIS/COFINS}$$

Em que:

Auxílio é o AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL em R\$/m³ aplicado no PR0;

TE₀ é a TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL no PR0, conforme descrito no Capítulo 2;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

TU_0 é a é a TARIFA DO USUÁRIO INICIAL PR0, conforme descrito no Capítulo 3.

$PIS/COFINS_0$ é a alíquota do PIS/COFINS, correspondente à [•]%

10.2. O valor do AUXÍLIO UNITÁRIO INICIAL corresponderá a [•].

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Todos os valores monetários constados neste ANEXO estão a preços de [•] de [•], exceto [•].

11.2. A TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL definida neste ANEXO deve vigorar após a fase de OPERAÇÃO ASSISTIDA DO SISTEMA, observada sua atualização pelo IPCA, e permanecerá vigente até o 1º REAJUSTE.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

APÊNDICE 1

Tabelas de Valores

Tabela 3 – Dados do OPEX total e dos custos unitários no PR0

[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]

Tabela 4– Empresas estadunidenses consideradas no cálculo do Beta

Ticker	Nome
AWR US	AMERICAN STATES WATER CO
CWT US	CALIFORNIA WATER SERVICE GRP
ARTNA US	ARTESIAN RESOURCES CORP-CL A
MSEX US	MIDDLESEX WATER CO
YORW US	YORK WATER CO
SJW US	SJW GROUP
GWRS US	GLOBAL WATER RESOURCES INC
CWCO US	CONSOLIDATED WATER CO-ORD SH
PCYO US	PURE CYCLE CORP
AWK US	AMERICAN WATER WORKS CO INC

Tabela 5 – Resumo do Cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO INICIAL

[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

Tabela 6 – Resumo do Cálculo da TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA

[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]